

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A necessidade do investimento ambiental

JOSÉ SARNEY FILHO

A primeira coisa que me ocorre ao participar da discussão sobre a destinação dos recursos arrecadados com a cobrança do imposto sobre combustíveis, o chamado "imposto verde", é o impacto que mais esse tributo deverá significar no bolso dos contribuintes, os quais, neste momento de crise, já se sentem suficientemente punidos.

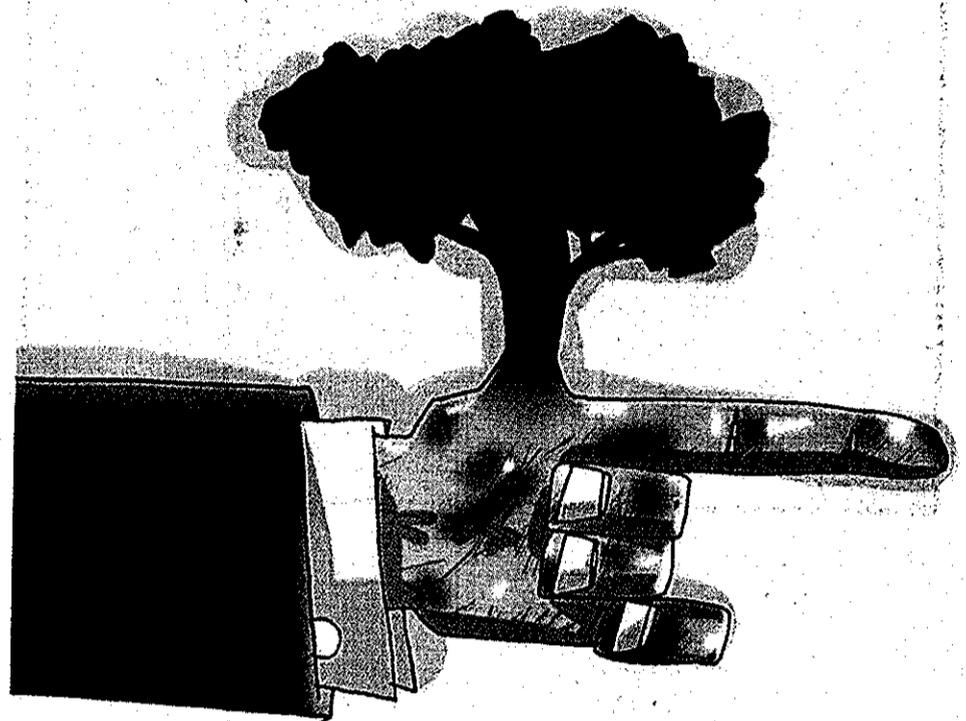
Tendo isso em mente, recuso-me a manter o debate sobre a divisão de recursos tão caros à sociedade no nível do "toma-lá-dá-cá" partidário. Uma discussão aberta e madura com quem de fato pagará a conta é o que interessa.

Grande parte do esforço de arrecadação hoje exigido dos contribuintes destina-se a manter a estabilidade da moeda por meio do equilíbrio das contas públicas, o que, por sua vez, deverá tornar o país novamente atraente para os investidores externos. Essa dependência que as economias nacionais estão experimentando em relação às leis do mercado financeiro mundial acabou por alienar ainda mais o cidadão quanto ao destino de sua contribuição para o desenvolvimento nacional.

Paralelamente, no entanto, há que cuidar para que não sejam abandonadas por completo as ações de governo que visam proporcionar ao país o crescimento econômico, único e verdadeiro antídoto à estagnação e ao desemprego que tanto nos assustam. Aqui entra a discussão sobre o "imposto verde"; é aqui que interessa debater com a sociedade as ações de governo que devem merecer os recursos originados de seu esforço de contribuição, o qual, nesse caso, terá destinação conhecida.

Pretendo, para tanto, inverter o velho discurso que argumenta ser necessária uma compensação ao meio ambiente pelos estragos que o desenvolvimento econômico lhe traz. Desde a Rio-92 não se fala mais na defesa pura e simples dos recursos ambientais, como se fossem vítimas do crescimento. Eles passaram a ser tratados — pelo menos no discurso — como recursos que deveriam ser contabilizados nos investimentos, sob a forma do princípio do desenvolvimento sustentável. A economia deveria crescer, desde que em bases ambientalmente sustentáveis.

Infelizmente, todos havemos de convir que a velocidade de incorporação da concepção de desenvolvimento sustentável em ações e empreendimentos, tanto públicos como privados, tem ficado bastante aquém da velocidade de destruição ambiental pelo crescimento desordenado. Conforme pudemos verificar pelo aumento (27%) do desmatamento na Amazônia, tornado público pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), as taxas de destrui-



Altares

ção ambiental não só se mantêm como aumentam a cada ano. Isso porque nos referimos a apenas um dos termômetros em um dos nossos biomas.

Entendo, portanto, que, continuando o atual modelo econômico, aos recursos ambientais que nos importa preservar só resta uma chance: serem interessantes para o mercado. Se já passaram da posição de vítimas para a de coadjuvantes, resta agora assumirem o papel de protagonistas nesse enredo da exploração da Terra pelo homem.

Projetos ambientais devem ser viabilizados no país dessa forma. Estejam eles relacionados à diversidade genética ou ao ecoturismo, todos são capazes de gerar divisas e postos de trabalho, conforme demonstrado por inúmeras experi-

ências realizadas por empresas, ONGs e mesmo projetos-pilotos governamentais, em várias regiões.

Se os recursos ambientais passarem a ser atores principais dos projetos de desenvolvi-

mento, não mais será necessária a preocupação com a sustentabilidade desses empreendimentos.

O meio ambiente, de antagonista, passa a ser protagonista do desenvolvimento. Cada vez fica mais óbvia a necessidade de potencializarmos seu valor agregado. E isso só será possível com o fortalecimento institucional do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, seu braço executor. Não há como implementar as medidas necessárias a essa mudança de enfoque sem um investimento de vulto no setor: não se pode conceber mais a Amazônia devastada, nossos rios poluídos e assoreados e nossas cidades engolidas pelo lixo,

com uma péssima qualidade do ar.

As linhas iniciais para que esse amplo projeto se viabilize já começaram a ser traçadas no âmbito do ministério, por meio de uma nova estruturação da pasta, que contempla de forma interdependente a gestão ambiental do país. Levamos em conta a integração, numa esfera decisória, da Agenda Marrom (combate à poluição), da Agenda Verde (biodiversidade e florestas) e da Agenda Azul (recursos hídricos), além de abrir uma esfera institucional específica para estimular, sob a liderança do ministério, o desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

Quero, ainda, destacar a necessidade de que o investimento público na área ambiental fique no mesmo patamar da necessidade de investimento público na conservação de nossa malha viária. Ambos trarão desenvolvimento ao país e devem ser contemplados pela receita advinda da arrecadação do "imposto verde", se aprovado pelo Congresso.

Entendo que o Brasil não pode perder a oportunidade histórica de assumir as rédeas de um projeto de desenvolvimento não só ambientalmente sustentável, mas capaz de conferir aos recursos naturais e ao equilíbrio ambiental seu real valor econômico. Assim, demonstrará diante da comunidade global sua disposição em agir e não apenas choramingar por recursos externos para preservar bens de interesse do planeta. Destinar ao Ministério do Meio Ambiente recursos para viabilizar essa proposta significa não perder a chance de transformar em riqueza nosso potencial ambiental, em vez de deixá-lo adormecido em berço esplêndido.